



Autor do projeto, José Serra conversa em Plenário com Fernando Bezerra e Simone Tebet

Plenário aprova novo prazo para estado renegociar com a União

Segue para a Câmara dos Deputados o projeto que reabre o prazo para que estados possam aderir ao plano de auxílio que prevê o refinanciamento das dívidas com a União e flexibiliza algumas contrapartidas exigidas dos estados.

O texto de José Serra foi aprovado na forma do substitutivo do relator, Otto Alencar, que incluiu normas para a organização e o funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal, órgão que vai contribuir para monitorar as despesas dos estados. **3**

Jornal do Senado

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXV — Nº 5.128 — Brasília, quinta-feira, 13 de junho de 2019



PEC que muda rito de medidas provisórias vai à promulgação

Aprovada ontem no Plenário e mais cedo na CCJ, proposta assegura 30 dias para o Senado analisar uma MP. Também foram fixados prazos para votação na comissão mista e na Câmara

O Plenário do Senado aprovou ontem a proposta de emenda constitucional que fixa novas regras para rito de medidas provisórias. O texto define prazos específicos para cada fase de tramitação de uma MP. A comissão mista terá 40 dias. Em seguida, a Câmara

terá mais 40 e o Senado, outros 30. Se os senadores mudarem a medida, os deputados terão mais dez dias para apreciá-la. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, agradeceu o apoio dos senadores para o entendimento que garantiu que a Câmara também aprovasse a PEC. **3**



Senadores Roberto Rocha, Antonio Anastasia, Randolfe Rodrigues ao lado de Davi Alcolumbre, que comandou a sessão

Segue à Câmara fim de sigilo para empréstimo

O fim do sigilo bancário das operações de empréstimo realizadas com recursos do Orçamento público foi aprovado no Plenário. Pelo texto, também não serão mais protegidas pela confidencialidade, em caso de operações policiais, as contas bancárias que tenham sido usadas para movimentação de verba pública. **3**



Autor, Alvaro critica investimento em outros países com o auxílio brasileiro

Comissão aprova saque de FGTS em caso de doença grave ou incapacitante

O projeto que permite o saque do FGTS pelo trabalhador ou por seus dependentes com doença grave, degenerativa ou incapacitante foi aprovado em

decisão final pela Comissão de Assuntos Sociais. O texto ainda não seguiu para a Câmara porque foi enviado à Secretaria-Geral da Mesa. **6**

Trabalho no exterior terá novas regras

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem projeto que altera as relações trabalhistas de brasileiros contratados para prestar serviço no exterior por empresas brasileiras ou estrangeiras. **7**

Suspensão de decreto de armas vai a Plenário

Foram aprovados ontem pela Comissão de Constituição e Justiça os sete projetos que sustentam o decreto que flexibiliza o porte de armas editado pelo presidente Jair Bolsonaro. **5**

Avança MP que facilita abertura de empresas **4**

Ministro: obras do São Francisco serão concluídas logo **8**

Projeto estimula contratar quem tem Bolsa Família **6**

JOVEM SENADOR 2019

ORÇAMENTO PÚBLICO:

SUA PARTICIPAÇÃO TEM VALOR

O CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL É ABERTO A TODOS OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS OU DO DF. DIVULGUE:

WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR

(61) 99187-2248

/SENADOFEDERAL

0800 612211

PARCERIA:

REALIZAÇÃO:



Com ativistas do movimento negro, Davi, ao lado de Paulo Rocha, disse que o Parlamento precisa ouvir sociedade

Movimento negro: pacote anticrime amplia violência

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem representantes de organizações contra o racismo e de quilombolas que pediram a rejeição dos decretos sobre armas e dos projetos do governo

REPRESENTANTES DE CERCA de 45 organizações do movimento negro contrárias ao pacote anticrime e ao decreto que altera as regras para a posse e o porte de armas que tramitam no Congresso estiveram ontem com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Eles disseram que o sistema de justiça criminal brasileiro se vale de condutas discriminatórias, por parte da polícia e do Ministério Público, que são chanceladas pelo racismo institucional do Poder Judiciário.

Davi disse que é um privilégio defender quem sofre discriminação, como as regiões mais prejudicadas do Brasil, os movimentos sociais e as minorias.

— O Norte e o Nordeste são duas regiões discriminadas do

centro de decisões do Brasil. E eu estou tendo a honra de estar presidente do Senado e representar um estado muito pequeno, que muitos brasileiros não conheciam — disse.

Os projetos do pacote anticrime (PL 1.864/2019, PL 1.865/2019 e PLP 89/2019), segundo os representantes da União de Núcleos de Educação Popular para Negros e Classe Trabalhadora (Uneafro), Douglas Belchior, e do Movimento Negro Unificado, Iêda Leal, aprofundam a situação de violência e homicídios contra população negra e representam um retrocesso na proteção dos direitos humanos.

O presidente do Senado enfatizou que o Parlamento tem trabalhado para dar voz a todos

os movimentos da sociedade. Davi assegurou que tanto o projeto anticrime quanto o decreto sobre posse e porte de arma serão amplamente discutidos com magistrados, especialistas em segurança pública, sociedade civil e parlamentares antes de qualquer deliberação.

— Eu sou judeu, eu sei o que é perseguição aos meus antepassados e eu fico indignado quando as pessoas desconhecem o que aconteceu. Fiquem tranquilos. Neste momento, um judeu, do Norte, está aqui nesta cadeira no Congresso para ajudar o Brasil e ajudar a diminuir as imensas desigualdades que o Estado nacional nos impõe. Vocês podem contar comigo — declarou Davi.

Debate conclui que racismo barra acesso à cidadania

Participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), ontem, afirmaram que o Brasil aboliu a escravidão há 131 anos, mas não rompeu, de fato, com o pensamento escravocrata. Persiste, na sociedade, um racismo estrutural que dificulta o acesso da população negra à uma efetiva cidadania, disse o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

A professora de história Ana Flávia Magalhães, da Universidade de Brasília (UnB), lamentou uma sessão de homenagem à princesa Isabel realizada na Câmara dos Deputados. Exaltar a monarca e silenciar sobre o protagonismo negro na luta abolicionista é, para ela, contar apenas um lado da história.



Entre a professora Ana Flávia e o quilombola Serejo, Paim dirige debate

A negação do ponto de vista negro na história é, para o quilombola e bacharel em direito Danilo Serejo, ponto de partida para a negação de direitos básicos, como a posse da terra.

— O racismo só é forte como é hoje porque existe

uma institucionalidade que o elabora e o chancela. Das 6 mil comunidades quilombolas existentes no Brasil, 3,5 mil são certificadas pela Fundação Cultural Palmares, mas pouco mais de 200 possuem títulos sobre as terras.

Instaladas comissões de três medidas provisórias

Foram instaladas ontem comissões mistas de três MPs.

A MP 877 dispensa a retenção de tributos federais na compra de passagens aéreas pela administração federal. O deputado Gurgel (PSL-RJ) será

presidente e o senador Elmano Férrer (Podemos-PI), relator.

A MP 878 autoriza a prorrogação de contratos no Iphan. O senador Weverton (PDT-MA) será presidente e o deputado Pedro Lucas Fernandes (PTB-

-MA), relator.

E a comissão da MP 879, sobre energia, terá como presidente o deputado Edio Lopes (PL-RR). O relator será o senador Otto Alencar (PSD-BA).

Debate aponta falta de verba para modernizar agricultura

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debateu ontem em audiência pública os impactos negativos da indústria, principalmente da química, no agronegócio. A audiência requerida por Lasier Martins (Podemos-RS) tratou da necessidade de modernização do agronegócio brasileiro e da possibilidade do uso de agrotóxicos genéricos para baratear os custos da produção nacional.

O presidente da Associação dos Funcionários do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Saulo da Costa Carvalho, defendeu o uso de agrotóxicos genéricos para reduzir os custos. Segundo ele, há carência de pesquisadores para a aprovação do uso desse tipo de produto.

— Qual é o nosso problema na análise? O número reduzido de pesquisadores, porque ele só pode ser feito por pesquisadores mesmo — avaliou.

O representante do Ministério da Agricultura, Rafael Mafra, rebateu as críticas de que há uso indiscriminado de agrotóxicos no Brasil.

— No último exame que a Anvisa fez, em 2015, houve apenas 3% de uso não autorizado de agrotóxico. A quantidade de agrotóxico presente nos alimentos é segura para o ser humano e para o meio ambiente — argumentou.

Os participantes também pediram que sejam adotadas medidas para diminuir a fila de produtos do agronegócio que aguardam pelo registro de patente.

Zequinha celebra os 108 anos da Assembleia de Deus

Zequinha Marinho (PSC-PA) celebrou em Plenário os 108 anos da igreja evangélica Assembleia de Deus, fundada no dia 18 de junho de 1911 em Belém e que está presente em mais de 180 cidades no mundo. Segundo o senador, o início das comemorações será hoje em Belém, com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro.

— A igreja em Belém hoje tem mais de 550 templos, várias convenções, vários ministérios, mas todo mundo teve uma mesma origem, teve um mesmo ponto de partida.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Kajuru elogia aprovação de crédito extra

Jorge Kajuru (PSB-GO) elogiou o acordo entre Legislativo e Executivo que resultou na aprovação do crédito de R\$ 248,9 bilhões para o governo (PLN 4/2019). Segundo o senador, foi o primeiro passo para que o presidente entenda que “não se governa sem o Congresso”.

— De outra parte, a oposição conseguiu que fossem liberados R\$ 1 bilhão para as universidades, R\$ 1 bilhão para o Minha Casa, Minha Vida, R\$ 550 milhões para a transposição do Rio São Francisco e mais R\$ 330 milhões para bolsas do CNPq.



Jefferson Ruy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Proteção de adultos e crianças

9h Entre 22 itens, o PLS 90/2015, que dá maior poder à polícia na proteção de idosos e crianças.

CRE Indicação para a Abin

9h Entre 7 itens, a MSF 23/2019, que indica Alexandre Ragem Rodrigues para diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência. Depois, debate sobre a renúncia do Brasil ao tratamento especial na Organização Mundial do Comércio.

CCT Verba para ciência e tecnologia

10h Audiência para discutir o PLS 181/2016, que destina recursos do Fundo Social para ciência e tecnologia.

CTFC Apologia ao golpe de 1964

10h Audiência pública do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, para explicar vídeo que faz apologia ao golpe militar de 1964.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Discursos e avisos da Mesa.

CSE Orçamento impositivo

11h Audiência sobre propostas de emenda à Constituição que tratam de orçamento impositivo. Foram convidados representantes do Ministério da Economia, da Instituição Fiscal Independente e consultores da Câmara dos Deputados e do Senado.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Novas regras para MPs seguem para promulgação

PEC aprovada ontem no Plenário e mais cedo na Comissão de Constituição e Justiça assegura 30 dias para o Senado analisar as medidas provisórias. Texto também fixa prazos para a comissão mista e para a Câmara

O SENADO APROVOU ontem a proposta de emenda à Constituição com novas regras para a tramitação de medidas provisórias no Congresso. A PEC 91/2019 assegura ao Senado pelo menos 30 dias de prazo para analisar as MPs. O texto agora será promulgado.

A PEC define prazos específicos para cada fase de tramitação das MPs. A comissão mista tem 40 dias para votar. Em seguida, a Câmara tem mais 40 dias. Depois disso, é a vez do Senado, que tem mais 30 dias. Se os senadores apresentarem emendas, os deputados têm mais dez dias para apreciá-las. Nenhum dos prazos pode ser prorrogado.

Caso o prazo da comissão mista seja descumprido, a MP avançará para a Câmara sem o parecer. Já o descumprimento dos demais prazos significará a perda de validade da medida.

Além disso, fica estabelecido que uma MP entra em regime de urgência, ganhando prio-

ridade na pauta de votação, a partir do 30º dia de tramitação na Câmara, do 20º dia no Senado e durante todo o período de tramitação para revisão na Câmara (se houver).

Outra medida da PEC é proibir a inclusão nas medidas dos chamados jabutis — dispositivos que não têm relação com o texto da MP mas pegam “carona” na tramitação acelerada para virarem lei rapidamente.

Escolha

— Observamos grave preocupação do Senado em não ser mais uma Casa meramente carimbadora, mas sim revisora das decisões que vêm da Câmara — observou o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), relator do texto.

A proposta teve origem no Senado ainda em 2011, pelas mãos do então presidente da Casa, José Sarney. Aprovada no mesmo ano, ela ficou parada na Câmara.

— Os assuntos [das MPs] são

urgentes e relevantes, mas, mesmo assim, esta Casa era obrigada a fazer uma escolha entre a vida e a extrema-unção: salvá-la sem nos aprofundarmos no seu conteúdo ou deixá-la caducar — disse a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS).

A PEC foi aprovada por unanimidade nos dois turnos de votação. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a decisão ficará na história do Senado.

— Agradeço o apoio incondicional de todos os senadores e senadoras que ajudaram a construir com esta Presidência a interlocução e o diálogo com o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia, para a aprovação desta emenda importantíssima — disse Davi.

Ex-presidente do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL) parabenizou Davi por ter encaminhado a conclusão da PEC, que, segundo ele, representa o aprimoramento do funcionamento do Legislativo.

Comissão

Mais cedo, o parecer de Anastasia foi aprovado na CCJ, assim como o pedido de urgência para a votação no Plenário. Alguns senadores chegaram a apresentar pedidos de vista por não concordarem com pontos da proposta. Após esclarecimentos do relator, no entanto, o caminho ficou livre para a aprovação.



José Serra, autor, e Otto Alencar, relator, que fez mudanças no texto

Aprovada reabertura de prazo para estados renegociarem suas dívidas

O Senado aprovou ontem um projeto que reabre o prazo para que estados possam aderir ao plano de auxílio que prevê o refinanciamento das dívidas com a União. O PLS 163/2018 — Complementar flexibiliza algumas contrapartidas exigidas dos estados. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

O projeto, do senador José Serra (PSDB-SP), foi aprovado na forma do substitutivo do relator, Otto Alencar (PSD-BA). Ele incluiu normas para a organização e o funcionamento do Conselho de Gestão Fiscal (CGF), que vai contribuir para monitorar as despesas dos estados.

Segundo o relator, alguns estados não formalizaram

aditivos contratuais necessários para terem acesso aos benefícios. O texto reabre o prazo para os aditivos por 180 dias. Também fica estendido o prazo para a renegociação, pelo mesmo período.

A intenção inicial de Serra ao apresentar o projeto era excluir o pagamento de precatórios (despesas de pagamento de sentenças judiciais) do teto de crescimento das despesas correntes anuais dos estados. A exclusão dos precatórios do cálculo das despesas evitaria o comprometimento de valores que poderiam ser gastos em serviços para a população. Essa exceção ao limite foi excluída do texto por Otto, após acordo com o Executivo.

Criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins vai à sanção

Foi aprovada em Plenário ontem a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), sediada em Araguaína. O PL 2.479/2019, da Presidência da República, desmembra a Universidade Federal de Tocantins (UFT) e vai à sanção.

Cursos, alunos e cargos dos campi de Araguaína e Tocantinópolis serão automaticamente transferidos para a UFNT, que também cria os campi de Xambioá e Guaraí.

Relatora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Kátia Abreu (PDT-TO) agradeceu a aprovação do projeto, afirmando que a universidade vai fazer a diferença não só para os jovens de Tocantins, mas também para os jovens do sul do Maranhão, do sul do Piauí e do sul do Pará.

— Todos terão a nova perspectiva de não mais estarem num campus universitário, mas agora na Universidade Federal do Norte do estado.

Atividade marisqueira pode ser incluída nas políticas públicas para a pesca

O Plenário aprovou ontem projeto que viabiliza o acesso das mulheres marisqueiras às políticas públicas disponíveis para a atividade pesqueira (PLC 47/2017). O projeto, da ex-deputada Tia Eron, foi aprovado na forma de um substitutivo. Como foi modificado no Senado, o texto retorna para a Câmara.

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o projeto foi relatado pelo ex-senador Cidinho Santos (PR-MT). Apesar de avaliar o projeto como “altamente meritório”, Cidinho chamou a atenção para vícios de injuridicidade

e inconstitucionalidade detectados. Depois de reconhecer a atividade de extração de mariscos como vital para o setor de serviços e turismo, o relator decidiu elaborar um substitutivo para contornar esses problemas e contemplar a atividade marisqueira dentro do conjunto de políticas públicas do segmento pesqueiro.

A saída encontrada pelo relator foi promover mudanças na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, de modo a abrigar a atividade extrativa de mariscos como atividade de pesca.



Para Anastasia, a proposta assegura ao Senado o papel de Casa revisora

Operação com dinheiro público pode perder sigilo

O Plenário aprovou ontem projeto que remove o sigilo bancário das operações de empréstimo realizadas com recursos provenientes do Orçamento público. Também não serão mais protegidas pelo sigilo, em caso de operações policiais, as contas bancárias que tenham sido usadas para a movimentação de dinheiro público. O PLS 26/2014, do senador Alvaro Dias (Podemos-PR), segue agora para a Câmara.

A proposição modifica a Lei do Sigilo Bancário (Lei Complementar 105, de 2001). Na versão original, ela se referia apenas a empréstimos de bancos públicos para outros países ou que contassem com garantia, direta ou indireta, de nações estrangeiras. Uma emenda do ex-senador Flexa Ribeiro (PA) na Comissão de Relações Exteriores (CRE) estendeu a medida para

quaisquer operações feitas por bancos públicos que usarem, total ou parcialmente, recursos provenientes do Orçamento público.

Outra emenda, apresentada no Plenário pelo líder do governo, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), determinou que bancos privados também sejam alcançados pela retirada do sigilo quando efetuarem operações de empréstimo com dinheiro público. Bezerra também incluiu no texto o fim do sigilo para as contas que movimentarem dinheiro público.

A relatoria final do projeto coube ao senador Styvenson Valentim (Podemos-RN).

Ao apresentar o texto, Alvaro criticou investimentos feitos com o auxílio de dinheiro brasileiro em outros países, citando como exemplo o empréstimo de US\$ 800 milhões concedido a Cuba para

a construção de um porto na cidade de Mariel. Em Plenário, ele disse que essas operações foram procedimentos “inusitados”, que surpreenderam pela falta de transparência.

— Colocamos a mão no bolso dos trabalhadores brasileiro. Transferimos recursos do FAT e do FGTS ao BNDES para empréstimos favorecidos aos chamados “campeões nacionais”, e a nações que não pagam — afirmou.

O senador Humberto Costa (PT-PE) disse que o projeto é meritório, mas que ele nasce de “preconceito” e de *fake news* a respeito dos contratos firmados em outros países com dinheiro brasileiro. Segundo ele, os financiamentos já geraram retornos, na forma de empregos, aquisição de equipamentos e crescimento de empresas nacionais.

— Esses recursos serão repatriados — argumentou.

Sérgio Moro é refém dos próprios atos, diz Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) disse que o ministro da Justiça, Sérgio Moro, é refém dos seus próprios atos. Para o senador, as mensagens trocadas entre ele e os procuradores da Lava Jato e publicadas pelo site *The Intercept Brasil* deixam claro que houve retribuição pelos serviços que o então juiz prestou à eleição de Jair Bolsonaro à Presidência.

— É incompreensível que Sérgio Moro, esse homem que sempre se vendeu como uma vestal, seja pego em um escândalo dessa proporção e permaneça no cargo como se nada houvesse acontecido — criticou Humberto.

Lasier elogia atitude de juiz por buscar esclarecer mensagens

Lasier Martins (Pode-RS) elogiou a atitude do ministro da Justiça, Sérgio Moro, de comparecer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na próxima semana, para esclarecer o teor de diálogos que manteve com o procurador da República, Deltan Dallagnol.

— Não há por que arguir até agora que a relação de amizade de Sérgio Moro e Dallagnol tenha sido influenciada para efeito de redirecionamento de sentença. Eram amigos. Isso é o que está comprovado até agora e sobre isso poderemos aprofundar mais na discussão na próxima quarta-feira — disse o senador.

Reguffe afirma que desvios na operação devem ser punidos

Reguffe (sem partido-DF) disse que o sucesso da Operação Lava Jato não deve ser usado para inocular autoridades que tenham atuado ilegalmente. O senador se referiu aos diálogos entre o ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o procurador da República, Deltan Dallagnol, publicados no site *The Intercept Brasil*.

— Uma coisa é a operação, que cumpriu e ainda cumpre um importante papel. Pelo menos para aquelas pessoas que querem ver as coisas sendo feitas de forma correta. Outra coisa são os possíveis delitos praticados no âmbito dessa operação. Se comprovados, precisam ser punidos também.

Comissão aprova MP que facilita abertura de empresa

Texto, que ainda será votado nos Plenários da Câmara e do Senado, permite que o empresário saia da junta comercial já com seu CNPJ. Análise de dados será posterior. Fechamento também será facilitado

A COMISSÃO MISTA da medida provisória que simplifica a abertura e o fechamento de empresas (MP 876/2019) aprovou ontem relatório favorável à proposição. O texto agora terá que ser votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP prevê registro, alteração e extinção automáticos, nas juntas comerciais, de firmas constituídas como empresário individual, empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) e sociedade limitada (Ltda). O texto original previa apenas o registro automático. O relator, deputado Aureo Ribeiro (SD-RJ), acatou 12 das 28 emendas apresentadas pelos parlamentares.

Para o presidente do colegiado, senador Jorginho Mello (PL-SC), a medida vai facilitar a vida de pequenos e médios empresários, principalmente. O empresário já sairá da junta comercial com o número do seu CNPJ. A análise formal dos atos constitutivos da empresa será feita posteriormente,



Senador Jorginho Mello, presidente, e deputado Aureo Ribeiro, relator

no prazo de dois dias úteis contados do deferimento do registro.

Se for constatada alguma inconsistência durante o exame posterior, a junta comercial terá duas opções: se o problema for sanável, o registro será mantido, mas o empresário terá que apresentar os documentos exigidos pela junta. Se for insanável, a junta comunicará os demais órgãos públicos envolvidos no processo de abertura de empresas para que tomem as devidas providências (cancelamento do CNPJ e da inscrição estadual, por exemplo). O

relatório também proíbe a cobrança pelo arquivamento dos documentos da extinção da empresa.

O texto aprovado concentra no presidente da junta comercial atribuições atualmente a cargo do plenário do órgão, como julgamento de recursos. Ele poderá delegar a decisão a órgão colegiado composto por, no mínimo, três servidores.

Às decisões do presidente da junta, cabe recurso final ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei), órgão do Ministério da Economia.

Com Agência Câmara

Voto de abuso de autoridade fica para próxima semana

Em meio à divulgação de mensagens trocadas entre o ex-juiz e atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e o procurador da República Deltan Dallagnol, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) trouxe de volta ao debate um projeto que trata da responsabilização de juizes e integrantes do Ministério Público pelo crime de abuso de autoridade.

A medida foi incluída pelos deputados no PLC 27/2017, que reúne propostas de com-

bate à corrupção apresentadas pelo Ministério Público Federal e apoiadas por mais de 2 milhões de assinaturas de cidadãos. Um pedido de vista adiou a votação para a próxima semana. O projeto foi incluído “extra pauta” pela presidente da comissão, Simone Tebet (MDB-MS), o que gerou protestos de alguns senadores, entre eles o líder do PSL, Major Olímpio (SP). Segundo Simone, a proposta foi pautada a pedido do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e

de alguns líderes partidários.

Major Olímpio, Esperidião Amin (PP-SC), Eduardo Girão (Podemos-CE) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE) disseram que não foram consultados sobre a inclusão da proposta e pediram o adiamento da discussão.

Entre outros pontos, o projeto, conhecido como “As Dez Medidas de Combate à Corrupção”, estabelece a tipificação do crime eleitoral de caixa dois. O relator é Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

OAB defende afastamento de Dallagnol e de Moro

Em visita ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, defendeu o afastamento do procurador Deltan Dallagnol das investigações da Operação Lava Jato e do ex-juiz federal Sergio Moro do cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública.

Segundo Santa Cruz, a OAB já deixou clara sua posição em decisão unânime do colégio de presidentes e do conselho federal do órgão. O ministro Moro controla a Polícia Federal, responsável pela investigação do suposto ataque de hackers aos celulares dele e de Dallagnol para a obtenção de

conversas publicadas pelo site *The Intercept*, ressaltou.

— É o melhor para o momento do país, que precisa cuidar da pauta econômica, do crescimento, da renda do



Felipe Santa Cruz disse que OAB é unânime em relação a afastamento

seu povo, votar a reforma da Previdência. Caso sejam inocentados, é absolutamente razoável retornem a seus postos — defendeu Santa Cruz.

O presidente da OAB entregou a Davi as indicações da ordem para integrantes dos conselhos nacionais do Ministério Público (CNMP) e da Justiça (CNJ). Para Santa Cruz, no momento em que se discute o modelo de atuação do Judiciário e do MP, as indicações ganham mais força para atuar na busca de transparência.

— É importante que se faça no Senado a discussão não só dos nomes indicados, mas, no futuro, de um novo modelo de organização do CNJ e do CNMP.

Divulgar mensagens é terrorismo político, afirma Marcos Rogério

Marcos Rogério (DEM-RO) classificou ontem, em Plenário, de terrorismo político a interceptação e a divulgação de diálogos entre o ministro da Justiça, Sérgio Moro, quando ainda exercia cargo de juiz federal, e integrantes do Ministério Público ligados à Operação Lava Jato.

Para o senador, trata-se de um processo criminoso de enfraquecimento das investigações e do sistema democrático brasileiro, planejado pelo o que ele chamou de “esquerda xiita” e de “esquerdopatas”. Marcos Rogério afirmou que não vê nada de ilegal no teor das mensagens divulgadas.

O momento que o país está vivendo é o mais difícil, diz Paulo Rocha

Está em andamento um processo de desmonte de direitos da sociedade, disse Paulo Rocha (PT-PA). Para o senador, o momento é o mais difícil já enfrentado pelo país, e o cenário é resultado da quebra da democracia brasileira sob o argumento de combate à corrupção.

— O Judiciário e o Ministério Público não podem confundir o seu papel, como também o Executivo tem que cumprir o seu papel de propor para poder executar políticas que possam resolver os problemas econômicos e sociais do nosso país e o Congresso tem o seu papel de moderador.

Para Alvaro Dias, Operação Lava Jato é vítima de conspiração

Alvaro Dias (Podemos-PR) afirmou que, nos diálogos revelados entre o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e o procurador da República Deltan Dallagnol, não há nada que possa comprometer a Operação Lava Jato. Em Plenário, o senador disse que a operação surgiu como esperança de uma nova Justiça no país, mas que, desde o início, é vítima de uma conspiração para minar sua credibilidade.

— A conspiração tem sido presença constante no itinerário percorrido pelos policiais, pelos procuradores, pelos julgadores. Mais do que nunca, agora a conspiração se faz presente — disse o senador.

Vai a Plenário suspensão de decreto de armas

Senadores aprovaram ontem sete projetos que sustam decreto que flexibiliza o porte de armas. Eles devem ser votados em Plenário na terça-feira em regime de urgência

SETE PROJETOS DE decreto legislativo que tornam sem efeito a norma do presidente Jair Bolsonaro que flexibiliza o porte de armas deverão ser o primeiro item do Plenário na terça-feira. A análise dos PDLs 233, 235, 238, 239, 286, 287 e 332/2019, que tramitam em conjunto, deve ocorrer logo após a aprovação de requerimento de urgência, apresentado em Plenário ontem, para a votação dos projetos.

Mais cedo, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou e encaminhou os projetos também em regime de urgência. No entanto, em Plenário, os senadores concordaram em deixar a votação para a próxima semana, em respeito ao Regimento Interno do Senado, que estabelece a apreciação até a segunda sessão deliberativa ordinária após a aprovação do requerimento.

Os senadores da CCJ rejeitaram, por 15 votos a 9, o parecer do senador Marcos do Val (Cidadania-ES), contrário aos projetos. Na comissão, os projetos receberam quatro votos em separado. Três deles eram favoráveis aos projetos e



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (3º à dir.), e senadores definem votação do projeto para a próxima semana

contrários ao decreto.

A CCJ então adotou como parecer o voto de Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB). Para ele, o presidente da República “extrapolou o poder regulamentar”. O Decreto 9.785, de 2019, alterou profundamente o significado do Estatuto do Desarmamento, promovendo superlativamente a aquisição de armas de fogo pela população, segundo o senador. “O escopo da lei foi desarmar a

população”, afirma Veneziano.

O debate sobre a flexibilização do Estatuto do Desarmamento dividiu opiniões. Marcos Rogério (DEM-RO) apresentou voto em separado para tentar manter o decreto presidencial e derrubar os projetos, que ele classificou como inconstitucionais.

Ontem Marcos do Val voltou a defender o decreto de Bolsonaro.

— As armas são o único

meio para defesa de inocentes expostos à violência de bandidos. Todo cidadão tem direito à autodefesa — afirmou.

Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) também defendeu o decreto. Para ele, a flexibilização do Estatuto do Desarmamento garante mais segurança à população.

— O que mais me impressiona é como parece que estamos vivendo num paraíso de segurança pública. Mas é

um modelo falido — afirmou.

Para Fabiano Contarato (Rede-ES), o decreto de Bolsonaro viola a Constituição.

— Ele altera substancialmente uma lei federal. O Estatuto do Desarmamento estabelece que no Brasil é proibido o porte de arma de fogo. Essa é a regra. Jamais um decreto pode violar uma lei federal.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) citou dados do *Atlas da Violência*, segundo o qual 71% dos homicídios ocorridos no país envolvem armas de fogo. Para ele, o decreto de Jair Bolsonaro é “um atentado à segurança da população”.

— E não há apoio popular ao decreto. Pesquisas revelam que 61% da população é contra a posse de armas. Em outubro, o percentual era de 55%.

OS PDLs aprovados pela CCJ são assinados por Contarato, Rogério Carvalho, Eliziane Gama (Cidadania-MA), Humberto Costa (PT-PE), Jaques Wagner (PT-BA), Jean Paul Prates (PT-RN), Paulo Paim (PT-RS), Paulo Rocha (PT-PA), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Zenaide Maia (Pros-RN).

Avança indicação de Evandro Lopes para TST

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, o nome do desembargador Evandro Valadão Lopes, do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ele ocupará a vaga destinada à magistratura, aberta em decorrência da aposentadoria da ministra Maria de Assis Calsing. A indicação segue com urgência para o Plenário.

Indicado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, Lopes foi o único da lista tríplice que obteve o voto da maioria absoluta dos ministros do TST, destacou o relator da indicação, Eduardo Gomes (MDB-TO).

Durante a sabatina, o desembargador respondeu a questionamentos sobre temas variados, como o impacto da reforma trabalhista na Justiça do Trabalho e a inclusão do Brasil na “lista suja” da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de países investigados por suspeitas de violar as convenções internacionais do trabalho.

Sobre a reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017), que flexibilizou as relações entre trabalhadores e empregadores, Lopes afirmou que ainda é cedo para avaliar os impactos, sobretudo em um momento

de crise econômica.

— A norma precisa ser assimilada e interiorizada. No Brasil, 70% da mão de obra empregada está nas micro e pequenas e médias empresas, que não têm corpo jurídico.

Para Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), a reforma foi importante para garantir maior segurança jurídica para o empregador e reforçou o poder de negociação de trabalhadores e empresários, o chamado “negociado sobre legislado”.

Já Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) e outros senadores avaliaram que a reforma trabalhista foi vendida como solução para o desemprego, mas falhou.

— Não foi correto e honesto dizer que a reforma iria resolver um problema que só tem aumentado — disse Veneziano.

Rogério Carvalho (PT-SE) e



Para Evandro Lopes, Brasil já tem leis para combater trabalho ilegal

Fabiano Contarato (Rede-ES) questionaram a inclusão do Brasil na “lista suja” da OIT.

O desembargador disse que o Brasil tem leis para combater trabalho ilegal. Ele disse que a prevalência do negociado sobre o legislado estabelecida pela reforma pode ter feito parecer que o trabalhador ia perder direitos, o que, segundo ele, não aconteceu. Ele ressaltou que os sindicatos “são atores importantíssimos” e que “não conhece experiência no mundo de uma legislação de trabalho que tenha dado certo sem um modelo sindical satisfatório, com pluralismo”.

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), avaliou que a sabatina de magistrados para o TST ganha evidência em um momento em que as relações de trabalho passam por acelerada mudança com a chamada uberização do mercado de trabalho, em que a contratação da mão de obra se dá por meio de aplicativos.

Lopes afirmou que cabe ao aplicador do direito interpretar as normas diante dos casos concretos.

— Nossa missão é dar ao texto legal o seu fim, mas sem desconsiderar as especificidades de cada caso e a tarefa última de resolver satisfatoriamente o conflito de interesses — apontou.



O parecer de Ana Arraes será enviado à Comissão Mista de Orçamento

Davi recebe do TCU parecer com ressalvas sobre contas de Temer

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem o parecer prévio do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas da Previdência da República referentes ao exercício de 2018, último ano do mandato do ex-presidente Michel Temer. O tribunal recomenda a aprovação das contas com ressalvas. O documento foi entregue pela relatora, ministra Ana Arraes, e pelo presidente do TCU, José Múcio Monteiro.

O principal ponto destacado foi a dificuldade de acesso a dados de contas controladas pela Receita Federal, como arrecadação e créditos a receber. Segundo o secretário de Macroavaliação Governamental, Leonardo Albernaz, pela primeira vez o TCU não conseguiu obter todas as in-

formações necessárias para emitir uma opinião sobre a confiabilidade do balanço geral da União e, por isso, fez o alerta de que a questão pode impactar nas contas deste ano também.

— Basta uma decisão governamental de abrir os números sobre a Receita. Existe uma discussão sobre o alcance ou não do sigilo fiscal, mas, em princípio, a ideia é que possa sim compartilhar o sigilo com os órgãos de controle — disse Albernaz.

O parecer será enviado à Comissão Mista de Orçamento (CMO) e servirá de subsídio para o julgamento das contas de Temer.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Avança liberação de FGTS em caso de doenças graves

Projeto já recebeu decisão final na Comissão de Assuntos Sociais, mas ainda não seguiu para análise da Câmara dos Deputados porque a Presidência do Senado requisitou o envio à Secretaria-Geral da Mesa

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o projeto que permite o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelo trabalhador ou por seus dependentes com doença ou condição saúde grave, degenerativa ou incapacitante (PLS 30/2018). O texto recebeu decisão final, mas ainda não seguiu para a Câmara dos Deputados porque a Presidência do Senado requisitou o envio à Secretaria-Geral da Mesa (SGM) de projetos em tramitação na Casa que tratem de saque do FGTS.

O projeto foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) para pessoas com Mal de Parkinson e Alzheimer. O relator, Flávio Arns (Rede-PR), incluiu outras doenças ou condições de saúde que mereciam tratamento similar, como esclerose múltipla e esclerose lateral amiotrófica (ELA), doenças neurodegenerativas e incapacitantes que ainda não dispõem de tratamento efetivo. Flávio considerou ainda a necessidade de a liberação de recursos do fundo deixar de ocorrer apenas no estágio terminal da doença. “Entendemos que é mais racional e justo



Relator, Flávio Arns incluiu outras doenças entre as beneficiadas pelo texto

permitir que essa liberação ocorra quando os recursos ainda puderem prolongar a existência do trabalhador, melhorar sua qualidade de vida e minorar seu sofrimento”, destacou o relator no parecer. A lista das enfermidades contempladas será feita por regulamento.

— Esse projeto é elogiável. É preciso lembrar que o dinheiro do fundo é dinheiro dos próprios trabalhadores — declarou o relator.

Audiências

Também foi aprovada a realização de uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As

senadoras Soraya Thronicke (PSL-MS) e Daniella Ribeiro (PP-PB) querem debater o projeto que altera a legislação que protege a pessoa com transtorno do espectro autista (PL 1.712/2019).

Outro requerimento aprovado prevê uma audiência para debater a Síndrome do X Frágil. A sugestão é do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), que presidiu a reunião.

A comissão ainda aprovou a inclusão de mais convidados para uma audiência que vai debater o projeto que veda as dispensas coletivas, ressalvada a previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho (PLS 132/2018).

Vai à Câmara projeto que obriga van escolar a ter câmera interna

O projeto que obriga os veículos de transporte escolar a instalar câmeras de vídeo que capturem imagens internas foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O PLS 81/2016, do senador Paulo Paim (PT-RS), recebeu parecer favorável do relator, Styvenson Valentim (Podemos-RN).

O texto acrescenta ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a obrigatoriedade de instalação desses equipamentos. Também estabelece que o período de armazenamento das imagens, pela instituição pública ou privada responsável pelo transporte, deverá ser de pelo menos 180 dias. O acesso às imagens será restrito a autoridades policiais ou judiciárias encarregadas de investigação ou processo criminal.

Em sua justificativa, Paim lembra o aumento do número de casos de abusos, maus-tratos e tratamento inconveniente ocorridos no interior de vans escolares. Para ele, a presença de câmeras de filmagem deve coibir a ocorrência do ataque a crianças e adolescentes. Quando já ocorrido o episódio de violência, as imagens terão valor

investigatório e probatório às autoridades encarregadas de apurar os delitos.

Styvenson também acredita que o monitoramento interno das vans por câmeras de vigilância será importante para combater casos de violência dentro do transporte escolar. A emenda oferecida pelo relator fez apenas uma correção na redação do texto. O projeto recebeu decisão final da CAS e, se não houver recurso para o Plenário, segue para análise da Câmara dos Deputados.

Relatórios

Na reunião, três senadores leram seus relatórios a projetos que tramitam na comissão: Luiz do Carmo (MDB-GO), sobre reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica em empresas prestadoras de serviços a terceiros (PLS 244/2017); Marcelo Castro (MDB-PI), sobre participação do Conselho Federal de Medicina nas avaliações dos cursos de Medicina (PLS 312/2015); e Mailza Gomes (PP-AC), sobre o ressarcimento ao SUS por quem dirigir bêbado e provocar acidente com vítima.

Paulo Paim comemora fim de perícia para aposentado com aids

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem, em Plenário, a derrubada pelo Congresso do veto total ao projeto de sua autoria, aprovado em abril na forma de substitutivo do senador Romário (Podemos-RJ), que dispensa de reavaliação pericial aposentados por invalidez com HIV/aids.

De acordo com o senador, se o veto não fosse derrubado, as pessoas nessa situação poderiam ser prejudicadas, caso precisassem voltar ao mercado de trabalho, depois de anos de aposentadoria.

— Comprovado que o cidadão está com HIV/aids, não tem como suspender a aposentadoria — afirmou Paim.

Jayme Campos: empresa que contratar aprendiz pode ter benefício

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu ontem, em Plenário, o projeto que incentiva a contratação de menores aprendizes por pequenas e microempresas. Pela proposta, as empresas que admitirem jovens entre 14 e 17 anos terão condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federado, explicou. Para o senador, a medida é necessária para diminuir a taxa de desemprego entre jovens dessa faixa etária, que atinge os 44,5%, segundo o IBGE.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Texto estimula contratar quem tem Bolsa Família

Empresas que contratarem beneficiários do Bolsa Família poderão ser dispensadas do pagamento de contribuições previdenciárias e sociais. O incentivo está previsto em um projeto (PL 578/2019) apresentado por Alvaro Dias (Podemos-PR) e aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde tramitará em caráter terminativo.

O pagamento do Bolsa Família ficará suspenso enquanto durar essa relação de trabalho, sendo seu valor usado apenas

como referência para abatimento dos encargos devidos pela empresa ao governo nessas contratações, determina o projeto. A princípio, o contratante poderá abater do valor do Bolsa Família que seria recebido pelo empregado a contribuição previdenciária devida pelo empregador. Se o valor do benefício for superior ao dessa contribuição patronal, a empresa poderá usar o excedente para obter desconto em outra contribuição social devida nessa contratação.

Empresas optantes do Simples Nacional também po-

derão aderir a esse regime de admissão, a ser regulado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, condicionando a concessão dessa vantagem ao atendimento da legislação trabalhista e previdenciária pelo empregador.

Se eventual desvio for constatado, o empregador ficará obrigado a devolver a dedução de encargos previdenciários e sociais obtida ilegalmente. Quanto ao beneficiário, será excluído do cadastro caso fique comprovada sua participação na fraude.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão aprova mudanças para trabalho de brasileiros no exterior

Para o relator, senador Eduardo Gomes, projeto visa gerar empregos e melhorar o ambiente para o brasileiro que trabalha fora do país

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto que altera a Lei Mendes Júnior (Lei 7.064, de 1982) para resgatar o critério da territorialidade como norteador das relações de trabalho internacional. O parâmetro deverá ser usado para os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.

O PLS 138/2017, do ex-senador Armando Monteiro, tramita em decisão final na CAS e, se não houver recurso para votação no Plenário, seguirá direto para a análise da Câmara dos Deputados.

Ao recomendar a aprovação da proposta, o relator, Eduardo Gomes (MDB-TO), destacou o objetivo de estabelecer que a legislação trabalhista aplicável a esses casos seja a



A proposta, disse Eduardo, garante acesso do trabalhador à Justiça brasileira

adotada no local da prestação de serviços. Segundo ele, a Lei Mendes Júnior foi editada em um momento de expansão das empresas brasileiras de construção civil, levando ao deslocamento de grande contingente de trabalhadores brasileiros para canteiros de obras no exterior. Tempos

depois, passou a se aplicar a todos os trabalhadores brasileiros contratados no Brasil para atuar no estrangeiro.

“A adoção dos critérios diferenciados da Lei Mendes Júnior fazia sentido para a condição específica em que foram criados, não o faz para regulamentar a totalidade das

relações de trabalho entre brasileiros e empresas com operações no exterior (sejam elas brasileiras ou estrangeiras). A insegurança jurídica e a elevação dos custos diretos e indiretos envolvidos na contratação dificultam muito — ou até mesmo vedam — a possibilidade de contratação dos profissionais brasileiros no exterior”, afirma Eduardo no parecer.

Direitos

De acordo com o relator, a proposta não suprime direitos do trabalhador nem seu acesso à Justiça brasileira para contestação de algum aspecto nesse tipo de contratação.

— O projeto vai além da questão política. Traz melhoria de ambiente para o trabalhador brasileiro no exterior e gera empregos no país — disse.

Vão a Plenário nomes para embaixadas no Egito e na Jordânia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação dos diplomatas Antonio Patriota e Ruy Pacheco Amaral para chefiarem as embaixadas brasileiras no Egito e na Jordânia, respectivamente. A análise das indicações segue agora ao Plenário.

Amaral disse que vai priorizar o aumento de exportações do agronegócio brasileiro para a Jordânia, país marcado por território desértico e com necessidade de importação de produtos básicos.

— O potencial é enorme. Eles hoje são grandes importadores, por exemplo, de soja e açúcar, mas quase nada vem do Brasil. Também existe um mercado grande de produtos de defesa

que temos plenas condições de suprir — informou.

Patriota destacou que o Egito é a nação árabe e africana que mais importa produtos brasileiros. O potencial de mercado tornou-se ainda mais promissor graças a um acordo entre Mercosul e Egito, em vigor desde 2017.

Na sabatina, os diplomatas foram indagados por Esperidião Amin (PP-SC) e Antonio Anastasia (PSDB-MG) sobre a declaração do presidente Jair Bolsonaro de que o Brasil deve transferir a embaixada em Israel de Tel Aviv para Jerusalém. Até o momento, foi anunciada apenas a abertura de um escritório comercial na cidade.



Ao lado de Antonio Patriota (D), Esperidião Amin (C) ouve Ruy Amaral

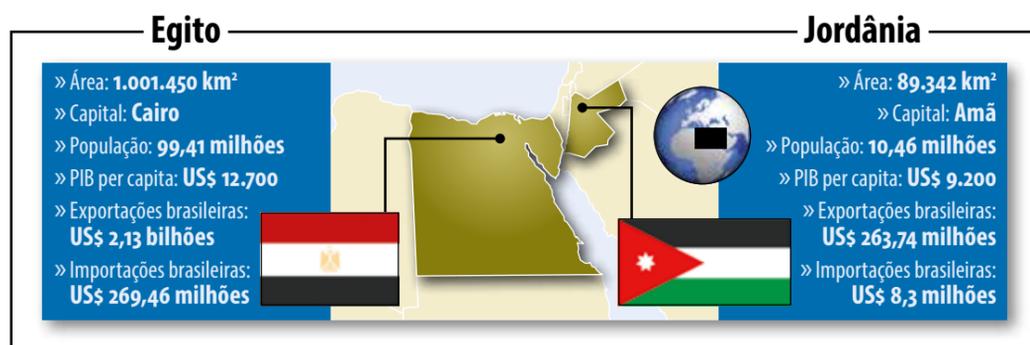
Os dois diplomatas disseram que não têm prerrogativa de decisão sobre o assunto, mas, com base na experiência que possuem em negociações com as nações árabes, informaram que a causa palestina é o único assunto que

unifica esses países.

Amaral, que atuava no Egito quando Bolsonaro anunciou a intenção, contou que recebeu do secretário-geral da Liga Árabe, Ahmed Gheit, uma nota de repúdio.

— A nota basicamente expressava, com equilíbrio, que o Brasil, na ótica deles, dava um passo na direção errada, que não contribuirá na relação com o mundo árabe — disse Amaral.

Patriota afirmou que o anúncio da transferência, ainda na transição do governo, provocou o adiamento indefinido da visita oficial do então chanceler Aloysio Nunes Ferreira ao Egito.



Plínio: Plano Dubai visa asfixiar Zona Franca de Manaus

Plínio Valério (PSDB-AM) criticou ontem, em Plenário, a intenção do governo federal de lançar



um plano para a Amazônia, apelidado de Plano Dubai, que propõe diversificar a matriz econômica da Região Norte com agronegócio, turismo e biotecnologia.

Para o senador, o verdadeiro objetivo é reduzir a dependência econômica da Zona Franca de Manaus e, depois, acabar com os incentivos fiscais.

— Esse Plano Dubai não é brincadeira, porque faz parte de um plano para asfixiar a Zona Franca de Manaus — alertou o senador.

Chico Rodrigues defende parceria com Cazaquistão

Chico Rodrigues (DEM-RR) defendeu ontem o estreitamento das relações entre Brasil e Cazaquistão.



De acordo com o senador, que atuou como observador das eleições presidenciais do país da Ásia Central, esse tipo de parceria é fundamental para as relações econômicas, sociais e políticas dos dois países. As duas nações, informou, já têm acordo firmado em setores como agricultura, aviação, espaço e mineração, ressaltou Rodrigues. A relação deve permanecer com o presidente eleito Qasim-Yomart Tokayev, disse.

Disputa ideológica prejudica país, diz Jarbas Vasconcelos

O Legislativo e o Executivo precisam chegar a um consenso mínimo de governabilidade,



disse ontem o senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) em Plenário. Para ele, o Brasil precisa de uma trégua entre “o azul e o encarnado”, fazendo referência a ideologias políticas de direita e esquerda. Essa disputa prejudica principalmente a parcela mais pobre da população, afirmou o senador. Segundo Jarbas, é preciso focar nas reformas, na política fiscal, na produtividade dos setores econômicos e num plano nacional de educação.

Aprovada audiência com secretário de associação latino-americana

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem requerimento do líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), para realização de audiência pública com o secretário-geral da Associação

Latino-Americana de Integração (Aladi), Alejandro Navarrete. A data será definida pelo presidente da CRE, senador Nelsinho Trad (PSD-MS).

Mexicano, Navarrete é diplomata e ocupa o cargo

de secretário-geral da Aladi desde 2017. Em entrevista à agência de notícias espanhola EFE, ele afirmou que a recente aproximação de cúpula entre Mercosul e Aliança do Pacífico pode tornar-se “um novo marco” na convergência

regional latino-americana.

No final de maio, a Comissão de Relações Exteriores também aprovou, a pedido de Nelsinho Trad, a criação do grupo parlamentar Brasil-Mercosul-Aliança do Pacífico (PRS 39/2019).

Ministro garante que obras no São Francisco serão concluídas logo

Gustavo Canuto disse que execução está em ritmo acelerado e em breve o agreste da Paraíba e de Pernambuco será beneficiado

AS OBRAS DO Eixo Norte da transposição do Rio São Francisco estão 97% concluídas e as águas deverão chegar ao reservatório de Jati (CE) no segundo semestre. Já o Eixo Leste, que atenderá à região de Campina Grande (PB) e o agreste pernambucano, está 97,6% concluído, e também deve ser finalizado em breve. O estágio atual das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional foi apresentado ontem pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, em audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Com custo total orçado em R\$ 20 bilhões, a estimativa do governo é de que o Pisf beneficie mais de 12 milhões de pessoas.

Canuto informou que o ramal do Agreste pernambucano, iniciado em março de 2018, está com apenas 22% de obra realizada. Ele explicou que o governo tem dificuldades em prever os prazos, porque se trata de “uma engenharia complexa que depende de cronogramas das empresas licitadas”. Ele garantiu, no entanto, que a execução está em “ritmo acelerado”, salientando o benefício para 68 municípios.

O ministro agradeceu a aprovação, pelo Congresso, do PLN 4/2019, que autoriza o Executivo a realizar operação de crédito no valor total de R\$



Ao lado do presidente da comissão, Izalci Lucas, Gustavo Canuto explica andamento das obras

248,9 bilhões, dos quais cerca de R\$ 500 milhões deverão ser destinados à suplementação orçamentária da transposição de águas. Canuto considerou que é preciso bom senso na execução desses recursos, já que também precisa dar atenção a outros programas da pasta, mas disse estar ciente de que a “água é uma questão essencial”.

O autor do requerimento para a audiência, senador Otto Alencar (PSD-BA) alertou que a continuidade do suprimento de água só será real mediante a revitalização da bacia do Rio São Francisco. Zenaide Maia (Pros-RN) ponderou que, com a transposição, a vazão do rio para o mar deve ser menor.

Para Jean Paul Prates (PT-RN), o risco de restrição de oferta dos recursos hídricos é um impedimento para os projetos de irrigação e de desenvolvimento regional. Elmano Férrer

(Pode-PI) considerou que a gestão do sistema é responsabilidade dos governos estaduais e chamou atenção para o fato de que muitas bacias hidrográficas já apresentam sinais de assoreamento.

A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, ex-senadora, cobrou a conclusão do Eixo Norte. A coordenadora do Comitê de Integração do Pisf, Flávia Gomes de Barros, explicou que o custo da energia elétrica (necessária para bombeamento da água) é um dos maiores entraves da obra atualmente.

O diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Marco Aurélio Ayres Diniz, destacou ações da empresa para recuperação de áreas degradadas e despoluição do rio.

— Até o momento já são 1.500 nascentes protegidas e 40 mil bacias de captação de água da chuva implantadas.

Brasil precisa de plano de recuperação, diz Zenaide

Zenaide Maia (Pros-RN) cobrou ontem do governo federal a apresentação de um plano de recuperação econômica.

Para a senadora, essa é uma medida que requer urgência, uma vez que influencia diretamente a vida de 30 milhões de brasileiros desempregados e subempregados.

Ela defendeu a construção civil e a agricultura familiar.

— Ninguém sai de uma crise sem o maior investidor, que se chama Estado brasileiro, que é quem tem as condições de investir nos setores produtivos, os setores que geram emprego e renda.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Amin pede Política de Defesa Cibernética

O senador Esperidião Amin (PP-SC) destacou ontem, em Plenário, a decisão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) de avaliar, durante o ano de 2019, a Política de Defesa Cibernética Brasileira, que está sob a alçada do Exército. Segundo o senador, a sugestão apresentada por ele será uma das prioridades dos trabalhos do colegiado.

Amin lembrou que esse é um tema que diz respeito a questões como a guerra comercial entre Estados Unidos e China em relação à tecnologia 5G, além de “hackeamento” e vazamento de informações nas redes sociais.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Audiência destaca importância de parques tecnológicos

Participantes de uma audiência sobre os parques tecnológicos do Brasil disseram ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) que um dos grandes desafios é conseguir absorver os profissionais formados no mercado nacional, evitando o êxodo para países considerados mais atrativos.

Os parques são espaços de concentração de empresas, universidades, incubadoras de negócios, centros de pesquisa e laboratórios para criar um ambiente favorável à inovação.

Superintendente de Inovação e Desenvolvimento da PUC-RS, Jorge Audy disse que o país precisa tentar reverter a chamada fuga de cérebros.

— A expectativa de sucesso não está mais no Brasil. É preciso reverter esse quadro — afirmou.

Segundo a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), dos 103 parques tecnológicos, 43 estão em operação, 37 estão sendo implantados e 23 encontram-se em fase de projeto. A maioria encontra-se nas Regiões Sul e Sudeste (78). Há 9 no Nordeste, 10 no Centro-Oeste e 6 no Norte.

A superintendente da Anprotec, Sheila Pires, explicou



Representante da PUC, Audy fala em debate dirigido por Vanderlan (2º à esq.)

que há uma forte dependência do poder público, mas a participação da iniciativa privada precisa ser crescente para que os parques sobrevivam.

É o que se vê no Parque Científico e Tecnológico da Unicamp. Ele recebe de startups a empresas como IBM, Motorola e Samsung. De acordo com o diretor, Eduardo Gurgel, o sucesso dos empreendimentos é transformar pesquisa em inovação.

— Conhecimento só funciona se virar inovação. Inovação precisa de interação num ambiente para isso, para que as pessoas troquem informação.

Também dessa forma pensa o diretor de desenvolvimento de negócios do Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP), Elso Alberti Junior.

— Os parques precisam

transformar o conhecimento e a pesquisa em processos de alto valor agregado para chegar ao mercado — disse

O diretor-adjunto do Parque Tecnológico Metrôpole Digital, Rodrigo Romão, destacou os benefícios às empresas baseadas no local: redução de ISS, IPTU e ICMS.

De acordo com Flávio Arns (Rede-PR), é preciso começar o investimento no ensino fundamental, quando as crianças têm, por exemplo, acesso aos fundamentos da robótica.

Styvenson Valentim (Podemos-RN) comentou desafios que podem ser solucionados por inovação. Ele destacou a necessidade de ferramentas de reconhecimento facial.

— A segurança pode ser eficiente em tecnologia de forma menos onerosa para o Estado.

Irregularidades e deficit em fundos de pensão preocupam debatedores

A investigação de irregularidades nos fundos de pensão — foco da Operação Greenfield, da Polícia Federal e do Ministério Público — e a busca do equilíbrio financeiro não deve levar à “demonização” dos gestores por decisões equivocadas, disseram debatedores ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Na audiência, requerida por Alessandro Vieira (Cidadania-SE), a representante dos beneficiários do Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa (Funcef), Giocoeli Terezinha de Avila Reis, disse que muitos aposentados estão “atormentados e atônitos”.

— Aposentados chegam a pagar 38% dos benefícios. Pagamos o equacionamento, e em cima dele ainda incide o Imposto de Renda — disse.

O diretor de Administração da Funcef, Antonio Augusto de Miranda e Souza, chamou a atenção para os fundos de investimento em participações (FIPs), que vieram a ter rentabilidade declinante.

— Esses projetos empresariais canalizaram dezenas de milhões de reais de vários fundos, muitos deles com prejuízos integrais, contribuindo

para os deficits.

Diretor de Seguridade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), Marcel Juviani-Barros, observou que, em praticamente todos os casos de irregularidades, a gestão era terceirizada. Para o interventor da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) no Postalís (fundo dos Correios), Walter Parente, estão vigentes regras questionáveis para cobertura de deficits em fundos.

— Se a gente for equacionar isso no Postalís, os aposentados pagarão 49% em contribuições extraordinárias.

O presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Paulo César Chamadoiro, mencionou o histórico de deficits e equacionamentos na Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), muitas vezes de forma “inadequada e tardia”. O presidente da Associação Nacional dos Participantes da Petros, Paulo Brandão, afirmou que, apesar das dificuldades, a Petros apresentou superávit em 2014 e 2015, “mas há uma orquestração para destruir os fundos de pensão”.